

A INTERPRETAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE E ASSOCIADO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: UMA REVISITAÇÃO CRÍTICA

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO'S INTERPRETATION OF
DEPENDENCE AND ASSOCIATED DEVELOPMENT: A CRITICAL REVISIT

Isaias Albertin de Moraes¹

Resumo: O artigo tem como escopo de revisitar a interpretação sociológica do desenvolvimento dependente e associado da América Latina para Fernando Henrique Cardoso. A hipótese elencada pela pesquisa é de que Cardoso faz uma leitura equivocada sobre desenvolvimento dependente e associado via poupança externa, crendo que o transbordamento de capital forte oriundo das economias centrais seria capaz de alavancar a sofisticação da estrutura produtiva brasileira. O artigo empregou como procedimentos metodológico revisão bibliográfica do autor pesquisado, de renomados pesquisadores que se dedicam a temática e dados empíricos da realidade econômica contemporânea do Brasil. O texto foi dividido em duas seções, além da introdução e considerações finais. Na primeira seção, apresentam-se os principais preceitos da interpretação sociológica da dependência e desenvolvimento de Cardoso. Na segunda seção, demonstra-se como que os preceitos de desenvolvimento dependente e associado de Cardoso levaram a estrutura produtiva brasileira a desnacionalização, a desindustrialização e a reprimarização. O resultado que o texto chega é de que embora a interpretação da dependência e desenvolvimento de Cardoso seja uma abordagem original e intrincada, o autor falha ao empregar uma metodologia hipotética e dedutiva, menosprezando aspectos concretos e indutivos da relação econômica centro-periferia, presumindo que seria possível o desenvolvimento econômico dos países periféricos via poupança externa.

Palavras-chave: Dependência Econômica; Desenvolvimento Econômico; Poupança Externa; Fernando Henrique Cardoso.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Unesp/Araraquara

Abstract: The article aims to revisit the development and dependence on sociological interpretation of Fernando Henrique Cardoso in Latin America. The hypothesis raised by the research is that Cardoso misreads dependence and associated development via foreign savings, believing that the spillover of strong capital from the central economies would be able to leverage the sophistication of the Brazilian productive structure. The article used as methodological procedures a bibliographic review and empirical data of the contemporary economic reality in Brazil. The text was divided into two sections, in addition to the introduction and final remarks. In the first section, the main precepts of the sociological interpretation of Cardoso's dependence and development are presented. In the second section, it is demonstrated how Cardoso's precepts of dependence and associated development led the Brazilian productive structure to denationalization, deindustrialization and reprimarization. The result of the text is that although the interpretation of Cardoso's dependence and development is an original and intricate approach, the author fails to employ a hypothetical and deductive methodology, neglecting concrete and inductive aspects of the center-periphery economic relationship, assuming that the economic development of peripheral countries through foreign savings would be possible.

Keywords: Economic Dependence; Economic Development; Foreign Savings; Fernando Henrique Cardoso.

Introdução

Antes de entrar no cerne da pesquisa, que é a interpretação sociológica da dependência e do desenvolvimento de Fernando Henrique Cardoso, é importante realizar uma breve introdução dos estudos acerca do conceito e do processo de dependência econômica na América Latina. A apreciação da dependência como conceito econômico-político surgiu em meados da década de 1960 como crítica, sobretudo, à Teoria de modernização de Walt Whitman Rostow (1966), com suas etapas determinadas ao desenvolvimento econômico; e ao pensamento histórico-estruturalista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) com seu enfoque na relação disfuncional entre centro-periferia e sua proposta de Política de Substituição de Importações (PSI)

Os estudos da dependência têm seu berço na sociologia e na política e tenta se ampliar para a economia, não sendo obra de um intelectual solitário, mas trabalho coletivo de diversos autores. Isso faz com que haja “[...] trabalhos com níveis de desigualdades teórica, metodológica e empírica. Existem enfoques diferenciados e inclusive, em vários aspectos cruciais opostos” (BAMBIRRA, 1985, p.35). Pode-se afirmar, todavia, que os autores precursores de uma concepção da dependência são: André Gunder Frank, Celso Furtado, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Sunkel, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra² (BLOMSTRÖM, HETTNE, 1984; PALMA, 1987; KAY, 1989; LARRAIN, 1998; BRESSER-PEREIRA, 2016).

Os autores dos estudos da dependência se consolidaram e se aglutinaram em três perspectivas: i) marxista, ii) estruturalista e iii) dependente-associado.

Segundo Moraes e Almeida (2021), os principais nomes da corrente marxista são: André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Franz Hinkelammert, Armand Mattelart, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Florestan Fernandes³, Carlos Eduardo Martins, Jaime Osorio, Adrián Sotelo Valencia, Marcelo Carcanholo, Nildo Ouriques e Fernanda Beigel. A leitura estruturalista da dependência tem como principais nomes Aldo Ferrer, Aníbal Pinto, Celso Furtado, Helio Jaguaribe, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Maria Conceição Tavares e Osvaldo Sunkel. Por fim, a interpretação dependente-associado tem em Fernando Henrique Cardoso seu principal autor original e é o cerne desta pesquisa, logo o texto focará somente em analisar e avaliar esta perspectiva.

O que diferencia Cardoso das demais perceptivas do ponto de vista metodológico é que, embora Cardoso utilize, muitas vezes, um campo semântico e conceitual marxista, não emprega uma metodologia baseada principalmente no materialismo histórico-dialético como faz os teóricos da Teoria Marxista da Dependência. Cardoso, ademais, não se sustenta na metodologia histórico-estruturalista e indutiva dos pensadores estruturalistas com seu enfoque na processualidade

² Alguns autores afirmam que houve uma primeira geração de estudos da dependência na América Latina entre os anos de 1890-1920, quando o fenômeno da dependência foi percebido embrionariamente por intelectuais como José Martí, que apontaram a contradição entre a autonomia política e a dependência econômica, e por Jose Carlos Mariátegui, que analisou os limites da dependência, então sob o padrão de acumulação estabelecido pela hegemonia britânica, para industrializar a região (MARTINS, 2011; KAY, 1989).

³ Florestan Fernandes usava o termo dependência em seus textos desde a década de 1950, porém sem desenvolver uma Teoria ou Interpretação precisamente. O conceito ganha maior importância analítica na obra de Florestan no ensaio *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* de 1967. Entretanto, em 1974, com a publicação de *A revolução burguesa*, Florestan tornou-se mais ativo politicamente e radicalmente ancorado na Teoria marxista, completando sua transição definitiva para esquerda ao se identificar com o conceito de superexploração por isso resolvemos categorizá-lo como um dos teóricos marxistas que contribuíram para os estudos Dependencistas.

histórica-social da periferia e na importância da avaliação das estruturas de produção e de exportação de cada economia.

Cardoso juntamente com seus coautores – destaque para Enzo Faletto – tentam inovar na apreciação do subdesenvolvimento e da dependência econômica. Assim, apreciam a dependência a partir das relações entre o interno-externo e o estudo das estruturas de dominação e das formas de estratificação social interna, lançando mão, além da terminologia e de concepções marxistas, de instrumentos do funcionalismo de origem durkheimiano e do tipo-ideal weberiano em seus estudos.

Cardoso organiza um ensaio de interpretação sociológica da dependência, não uma teoria, como os marxistas, tampouco um instrumento operacional conceitual, como os adeptos da metodologia histórico-estruturalista. O ensaio de Cardoso, com o passar do tempo, foi incorporado pelos recentes estudos do Neoliberalismo e do Liberalismo Social no Brasil por conta de seu enfoque na possibilidade de desenvolvimento associado e dependente ao capital externo. Tendo como principais signatários e contribuintes intelectuais diplomatas e acadêmicos como: Alexandre Schwartzman, André Urani, Armínio Fraga, Carlos Pio, Celso Lafer, Edmar Bacha, Eduardo Viola, Francisco Ferreira, Francisco Rezek, José Botafogo, Luiz Felipe Lampréia, Máilson Ferreira da Nóbrega, Marcelo Neri, Marcos de Barros Lisboa, Paulo Roberto de Almeida, Ricardo Henriques, Ricardo Paes de Barros, Roberto Abdenur, Rosane Mendonça, Rubens Barbosa, Simon Schwartzman, entre outros.

É diante dessa densidade histórica, interpretações, concepções e debate teórico sobre a dependência econômica que o presente artigo pretende realizar a revisitação da interpretação do desenvolvimento dependente e associado de Fernando Henrique Cardoso. Apesar da perspectiva dependente-associado de Cardoso não se constituir de fato em uma Teoria da Dependência, mas em uma interpretação sociológica da dependência; isso, todavia, não despoja a leitura de sua originalidade e seu impacto concreto na política, na economia e na sociedade latino-americana – até porque Cardoso foi Ministro das Relações Exteriores (outubro de 1992 a maio de 1993) e Presidente da República do Brasil (1995 – 2003).

Em vista disso, a realização de uma pesquisa que revise a interpretação do capitalismo dependente-associado de Fernando Henrique Cardoso faz-se necessário para melhor compreender a originalidade dessa concepção para a época em que ela é edificada e suas consequências para a processualidade histórica-social que desenrolou posteriormente. A hipótese elencada pela pesquisa é de que Cardoso faz uma leitura equivocada sobre desenvolvimento dependente e associado via

poupança externa, crendo que o transbordamento de capital forte oriundo das economias centrais seria capaz de alavancar a sofisticação da estrutura produtiva brasileira. Para atingir seu objetivo, o artigo utilizou-se da revisão bibliográfica do autor pesquisado, de renomados pesquisadores que se dedicam a temática e dados empíricos da realidade econômica contemporânea do Brasil.

O texto foi dividido em duas seções, além da introdução e considerações finais. Na primeira seção, apresentam-se as principais concepções e resoluções da interpretação da dependência e desenvolvimento de Cardoso. Na segunda seção, demonstra-se como que os preceitos presentes no ensaio do desenvolvimento dependente e associado de Cardoso levaram a estrutura produtiva brasileira a desnacionalização, a desindustrialização e a reprimarização, ou seja, teve resultado inverso do que se esperava.

A interpretação da dependência e do desenvolvimento em Fernando Henrique Cardoso: principais concepções e resoluções

Para Cardoso e Faletto (1981), a dependência é o padrão de desenvolvimento de sociedades marcadas pela ambiguidade de possuírem independência política, mas submissão econômica aos países centrais em função do mercado internacional capitalista. A obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* de 1969 tem como principal objetivo compreender as “[...] condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os polos hegemônicos do sistema capitalista [...]” (CARDOSO, FALETTTO, 1981, p.07).

Os autores definem o conceito de dependência da seguinte forma:

O conceito de dependência pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente num dado momento e se busca estabelecer por seu intermédio as relações que fazem inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais interno e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, se expressa também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. Por isso precisamente tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna (CARDOSO, FALETTTO, 1981, p.15)

Segundo Cardoso (1972, 1993), o essencial de sua interpretação da dependência não é o estudo do imperialismo – como na Teoria Marxista da Dependência e na leitura dos estruturalistas – mas a análise das classes sociais, do capitalismo dependente e do desenvolvimento, que para ele “[...] não pode deligar-se do processo de expansão do sistema capitalista internacional e das condições políticas em que este opera” (CARDOSO, 1993, p. 124). Em 1979, Cardoso escreveu:

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

“[...] toda luta anti-imperialista, que era uma luta que tinha por base a crença de que o imperialismo não viria industrializar a periferia, ficou um pouco no ar e as pessoas perceberam que o imperialismo passou a industrializar a periferia, controlando-a de outra maneira” (CARDOSO, 1979, p. 11).

Para Cardoso e Faletto (1981), no passado, a dependência dos países latino-americanos era caracterizada pelo predomínio econômico do setor primário-exportador. Isso fazia com que o sistema de alianças entre a burguesia dos países dependentes e o capital monopólico dos países centrais assegurasse a dominação de preço e de demanda via mercado internacional. Entretanto, após a PSI defendida pela CEPAL e adotada satisfatoriamente em diversos países latino-americanos, sobretudo Brasil, México e Argentina, os termos da dependência foram redefinidos, ou seja, a produção não estava predominantemente voltada para o mercado externo. Havia, desse modo, uma margem de atuação da burguesia dependente em redefinir a aliança entre centro-periferia permitindo o desenvolvimento dependente e associado. Segundo os autores:

[...] a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedade não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas, etc. (CARDOSO, FALETTO, 1981, p.142).

Para Cardoso e Faletto (1981) e Cardoso (1979,1993), a burguesia local dos países periféricos, após a PSI, possuía melhores condições e formas de estabelecer uma relação virtuosa com o capital forte das economias centrais que estava transbordando por conta da internacionalização dos mercados. Isso abriria novas possibilidades de sofisticação da estrutura produtiva, por consequência, desenvolvimento econômico na periferia. Era um modelo associado com as economias hegemônicas para captação de poupança externa. O papel do Estado Desenvolvimentista, pregado pelos cepalinos, como propulsor do desenvolvimento via poupança interna não seria mais relevante. Por isso que a interpretação da dependência de Cardoso é categorizada como desenvolvimento associado.

Acreditamos que a compreensão da situação atual dos países industrializados e dependentes da América Latina requer a análise dos efeitos que chamamos de “internacionalização do mercado interno”, expressão que caracteriza a situação que responde a um controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelas grandes unidades produtivas monopolísticas internacionais. [...] Salientamos que a situação atual do desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos *desenvolvimento* e *dependência*, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um

sistema de alianças distintos daquele que no passado assegurava a hegemonia externa” (CARDOSO, FALETTTO, 1981, p. 141).

A dependência, para Cardoso e Faletto (1981) e Cardoso (1972, 1993, 2010), nesta nova realidade e densidade, não é algo que impeça a superação do subdesenvolvimentismo mais, logo não há contradição com o projeto de desenvolvimento econômico como apregoam a Teoria Marxista da Dependência ou a leitura dos estruturalistas. Para Cardoso (2010, p.99): “[...] na medida em que o capital externo investia para produzir bens industriais não exportáveis, necessitava da expansão do mercado interno, [...] a continuidade do desenvolvimento na Periferia se tornara viável, contrariando a crença difundida na época”.

A interpretação da dependência de Cardoso procura demonstrar que o capital externo investia para produzir bens em economias periféricas, pois o mercado internacional teria condição para a continuidade do crescimento econômico das economias centrais. A premissa era de que o capital forte e o próprio mercado das economias centrais tinham alcançado um limite, por consequência, teriam que transbordar suas fronteiras para sofisticar a estrutura produtiva e consolidar o mercado da periferia. Isso, pela lógica de Cardoso, traria desenvolvimento econômico nos países periféricos. Segundo Cardoso (2010, p.98-99) “[...] estávamos tratando sem ter plena consciência disso, de compreender os passos iniciais da globalização. [...] era dos primórdios dela que tratávamos, usando outra expressão, a internacionalização do mercado”.

A internacionalização dos mercados forneceu, para Cardoso (1972, 1993), aos países periféricos uma via de desenvolvimento dependente e associado com capital externo. O desenvolvimento dependente e associado é, basicamente, um modelo que envolve: i) o Estado periférico; ii) os capitalistas locais; iii) o capital externo e as empresas multinacionais ou os trustes. O desenvolvimento dependente e associado seria “[...] a forma possível para aceleração do crescimento econômico em situações de dependência” (CARDOSO, 1993, p.18).

De acordo com Cardoso e Faletto (1981), Cardoso (1972), Cardoso (2010), os capitalistas dependentes e as instituições políticas dos países da América Latina possuíam certa autonomia, porém sofriam com a dominação-dependência econômica por serem subdesenvolvidos. Com a internacionalização dos mercados das economias centrais, sobretudo a partir da década de 1960, as forças sociais, políticas e econômicas da periferia poderiam optar por dois tipos de padrões de dominação: a) desenvolvimento-dependência ou b) estancamento-autonomia.

Na visão de Cardoso e Faletto (1981), Cardoso (1972, 1993, 2010), o processo de internacionalização dos mercados criou uma nova dependência, que permitiria um

desenvolvimento de fato. Caso a periferia não se associasse com o capital forte das economias centrais, que estava transbordando em busca de maior crescimento econômico, haveria um estancamento no processo de desenvolvimento econômico pelo modelo do Estado Desenvolvimentista e poupança interna. Então, era preferível um desenvolvimento dependente e associado via poupança externa para supostamente ampliar o mercado interno a um estancamento-autônomo com a insistência via capital nacional, pois manteria o subdesenvolvimentismo ao não conseguir ampliar e inserir o mercado interno na globalização (internacionalização dos mercados).

Pode pressupor que para Cardoso e adeptos a sua leitura, o desenvolvimento dependente e associado é um “[...] limite do possível [...] uma ideia conservadora, um realismo terra a terra. Pode-se ir até certo ponto, mas não além. Mas a ideia de estender e ampliar os limites do possível, essa não tem nada de conservadora” (CARDOSO, 2012, p.69). É como se não houvesse outra alternativa em virtude da conjuntura e densidade da época. Conforme Bresser-Pereira descreve:

A dependência associada pode ser resumida – com todos os riscos implícitos em um resumo – em uma ideia simples: já que os países latino-americanos não contam com uma burguesia nacional, não lhes resta alternativa senão se associarem ao sistema dominante e aproveitarem as frestas que ele oferece em proveito de seu desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.37).

Para Fiori (2001, p.55), o desenvolvimento dependente e associado é um “cosmopolitismo de cócoras”, uma vez que é caracterizado por uma relação disfuncional. Uma das partes dessa relação não tem capacidade de administrar seu próprio desenvolvimento. O modelo de crescimento pautado na poupança externa e nos preceitos econômicos vindo do exterior faz com que o Brasil perca sua capacidade de traçar seu próprio projeto de sociedade, interferindo, inclusive, em sua própria identidade cultural.

Contudo, para Cardoso e Faletto (1981), o desenvolvimento dependente e associado não faria o Estado periférico perder sua capacidade de projetar um caminho próprio, pois o desenvolvimento tem essencialmente duas dimensões: uma interna e outra externa. Enquanto a primeira é o resultado da relação entre as classes sociais de um país e gera um produto socioeconômico, a segunda concerne às relações que se estabelecem entre os grupos dominantes e o resto do mundo. A dependência, para os autores, portanto, não é fruto meramente de uma variável externa. É preciso considerar a estrutura sócio-política interna, que não é totalmente condicionada pela dominação externa. Assim, os fatores internos possuem plasticidade e impactam significativamente as possibilidades de desenvolvimento econômico.

Os sistemas econômicos e políticos, interno e externos, funcionariam de forma orquestrada, fazendo com que na dependência houvesse uma ambiguidade. Segundo os autores: “A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno do país como ao plano externo” (CARDOSO, FALETTO, 1981, p. 27).

Para construção do desenvolvimento dependente e associado seria necessário, desse modo, redefinir os laços sociais e políticos internamente para modernizar as relações sociais, a organização política, inclusive a nação e o Estado, buscando atender as novas estruturas do capitalismo competitivo na Era da “internacionalização dos mercados internos” (CARDOSO, 1993, p.130-131). A atração do capital externo e das empresas transnacionais forçariam, dentro desta lógica, a união e o aperfeiçoamento das forças internas, das instituições e da política.

Cardoso e Faletto (1981) e Cardoso (1972, 1993) procuram estabelecer uma casualidade entre os conflitos sociais, políticos e econômicos internos com as forças do capital forte internacional que estava cada vez mais se internacionalizando no pós-II Guerra Mundial. Para Cardoso (1972, 1993), há uma equação entre interno-externo intensificada com a internacionalização dos mercados das economias centrais que cria um processo dialético da totalidade social concreta fazendo com que desenvolvimento e dependência externa possam caminhar lado a lado.

Compreender esse pensamento de Cardoso faz com que se entenda melhor seu período como Presidente da República do Brasil (1994 – 2002). O desmonte do Estado Desenvolvimentista, realizado durante seu mandato, procederia da suposta necessidade de modernizar politicamente e socialmente a economia brasileira para inseri-la de forma competitiva no processo de globalização. Nas palavras de Celso Lafer (2004, p.117) “[...] os interesses específicos do país estão, mais do que nunca, atrelados a seus interesses gerais na dinâmica do funcionamento da ordem mundial”. Mais adiante Lafer – duas vezes Ministro das Relações Exteriores (abril de 1992 a outubro de 1992 – janeiro de 2001 a 2003) – continua: [...] o desafio da política externa brasileira, no início do século XXI, é o de buscar condições para entoar a melodia da especificidade do país em harmonia com o mundo” (LAFER, 2004, p.122).

Evidencia-se que as relações internacionais no pensamento do desenvolvimento dependente e associado são de extrema importância para viabilizar a superação do subdesenvolvimento. Não é por acaso que o partido de Cardoso, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sempre buscou ocupar ou influenciar o Ministério das Relações Exteriores

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

(MRE), aliás, o próprio Cardoso foi chanceler brasileiro de outubro de 1992 a maio de 1993. Segundo Cardoso:

[...] a nova fase da globalização coloca desafios e abre opções [...]. Ao decidir é preciso ter em mente os interesses nacionais, evitando que o **nacionalismo de fins se confunda com o de meios**, pois este último pode eventualmente ser incompatível com o funcionamento da economia nacional integrada ao mercado global” (CARDOSO, 2010, p.73, grifo nosso).

O nacionalismo de meios, para Cardoso (2010), é, em suma, um meio para atingir o desenvolvimento econômico e teve na Era Vargas (1930-1945) seu auge e em Leonel Brizola seu último grande defensor. O nacionalismo de meio é defendido pela grande maioria dos economistas estruturalistas quando apregoam o protagonismo do Estado Desenvolvimentista, da poupança interna, e o controle sobre os fluxos de investimento estrangeiro direto e indireto, por exemplo. O nacionalismo de fins, defendido por Cardoso, é a busca do Estado gerencial para definir fatores político, institucional e sociológico seguros e pró-mercado em nível local com a intenção de captar poupança externa. Nas palavras de Cardoso:

Do ponto de vista mais estritamente econômico as opções (nacionalismo de meios e nacionalismo de fins) têm a ver com a volta a políticas que reforçam um estatismo disfarçado, com certo dirigismo econômico e restrições ao capital estrangeiro, *versus* o fortalecimento institucional do Estado para definir regras que, preservando a livre iniciativa, impeçam a tentação monopolista (CARDOSO, 2010, p.72).

Durante a Era Cardoso na presidência, a política econômica e externa brasileira intensificou a busca do desenvolvimento econômico via poupança externa para atender este nacionalismo de fins intitulado por Cardoso. A política externa se pautou pelo que Cardoso (2010) denomina de “autonomia pela inserção” e Lampréia (1998) de “autonomia pela integração”. Segundo eles, a autonomia pela integração tem como objetivo almejar o desenvolvimento econômico por meio da adaptação do Brasil às normas e aos regimes internacionais. Conforme Lampréia (1998, p.13) “[...] o mundo ‘globalizado’ funciona, cada vez mais, com base em avaliações de confiabilidade e, inversamente, de risco”.

Segundo Moraes (2019), a estratégia seria adaptar-se institucionalmente a economia brasileira às regras e às diretrizes dos países centrais, conquistando, assim, maior credibilidade externa e atraindo investimento das transnacionais e das multinacionais oriundas dos países desenvolvidos. Foi com esse pensamento que o Brasil adotou, por exemplo, as diretrizes liberais do Consenso de Washington de 1989. Segundo Cardoso:

Do ponto de vista da integração do Brasil à ordem global, contaram bastante neste período as mudanças constitucionais e legais que redefiniram o quadro jurídico das relações entre o Estado e as empresas. O objetivo já não era apenas privatizar para liberar o Tesouro do ônus de sustentar algumas empresas deficitárias, mas ter uma estratégia de integração competitiva do país à economia mundial, atraindo capitais e tecnologia do exterior (CARDOSO, 2010, p.180).

A grande ilusão do desenvolvimento dependente e associado: o enfoque na poupança externa

Os princípios e os preceitos da interpretação do desenvolvimento dependente e associado conseguiram ganhar cada vez mais espaço na construção de políticas de Estado no Brasil a partir da década de 1970. De acordo com Furtado (1972), a elite dirigente brasileira durante o Regime Militar (1964-1985) optou por um desenvolvimento-associado. Para Furtado (1972, p.36), tal modelo “[...] trata-se menos de emergência ou consolidação de uma burguesia nacional do que de implantação da nova burguesia internacional ligada ao capitalismo dos grandes conglomerados transnacionais”.

O projeto nacional desenvolvimentista iniciado na Era Vargas e uma incipiente burguesia doméstica perderam espaço para uma burguesia internacional associada a uma parcela da elite compradora. Todo esse processo foi intermediado pelo Estado brasileiro pós-1964 com a queda de João Goulart e o exílio de Leonel Brizola, importantes nomes do nacional desenvolvimentismo e do trabalhismo brasileiro.

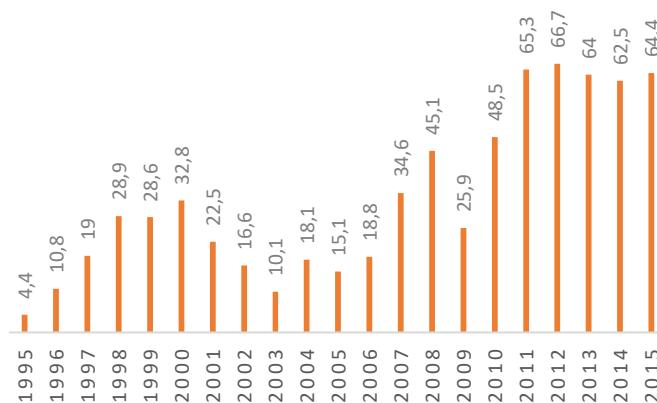
Na visão de Sampaio Jr. (2012, p.676), o regime que se estabeleceu pós-Golpe de 1964 “[...] jogou por terra os sonhos desenvolvimentistas. O regime burguês sedimentou-se como uma sociedade mercantil, particularmente antissocial, antinacional e antidemocrática”. De acordo com Furtado (2002, p. 76): “[...] parecia-me claro que as forças sociais que lutavam pela industrialização não tinham suficiente percepção da gravidade do quadro social do país, e tendiam a aliar-se ao latifundismo e à direita ideológica contra o fantasma das organizações sindicais nascentes”.

A lógica de um desenvolvimento econômico alicerçado no capital externo em detrimento do Estado Desenvolvimentista e capital interno começou a ser seguida timidamente na década de 1970 – com menos intensidade no governo Ernesto Geisel (1974 – 1979) – e alcançou seu auge nas décadas seguintes. Se a adesão dos operadores políticos e de setores do mercado ao desenvolvimento dependente e associado ainda era inicial na década de 1970-80, durante a Era Cardoso ele se tornou em paradigma predominante. Segundo Gonçalves (1999, p.134), “Somente

no governo de FHC é que se constata, pela primeira vez na história econômica recente do país, um nítido e forte processo de desnacionalização”.

Neste período, houve a tentativa de modernizar o Estado brasileiro – por meio de reformas administrativa, institucionais e econômicas – para atrair capital externo e realizar a suposta integração pela autonomia do Brasil. Houve, nesta época, uma forte atração de capital externo mediante a liberalização cambial e financeira, as altas taxas de rentabilidade (tendo como base uma das mais elevadas taxas de juros do mundo) e as oportunidades de grandes lucros por meio de compra de empresas estatais (privatizações nos setores de eletricidade, de malhas da rede ferroviária federal, de telecomunicações, de sistema financeiro, etc.) e por fusão e aquisição de empresas nacionais (destaque para indústrias e bancos) (GONÇALVES, 1999).

Nesse sentido, durante a Era Cardoso, a economia brasileira se transformou em foco de atenção dos capitalistas das economias centrais e atraiu capital do exterior. É importante enfatizar que os preceitos do desenvolvimento associado e dependente foram mantidos em grande medida durante o período de Lula na presidência (2003-2010) e só sofreu uma tentativa de questionamento mais clara durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011 – 2016) com a adoção da Nova Matriz Econômica em 2011. Por isso os gráficos da pesquisa avançam além da Era Cardoso.

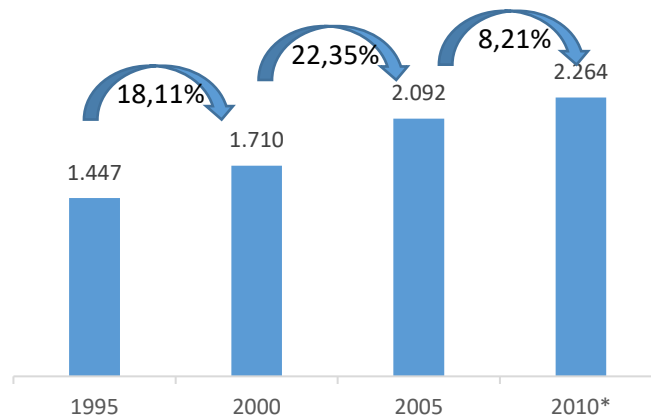


Fonte: Banco Central do Brasil (2016). Elaboração própria.

Gráfico 1 – Ingresso de investimento estrangeiro direto (IED) em US\$ bilhões no Brasil (1995 – 2015)

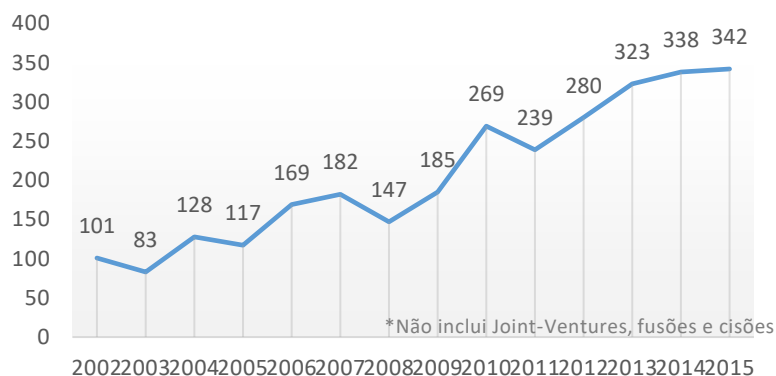
MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais



Fonte: Banco Central do Brasil (2016). Elaboração própria. * Ano-base 2010 a 2013.

Gráfico 2 – Quantidade de empregados nas empresas com capital estrangeiro no Brasil em milhões (1995 – 2010)



Fonte: PricewaterhouseCoopers (PwC), (2016). Elaboração própria.

Gráfico 3 – Volume de transações de investidores estrangeiros no Brasil (2002 – 2015)

Os adeptos ao desenvolvimento associado e dependente, aparentemente de forma inocente, acreditou que qualquer que fosse o capital externo que chegasse para instalar uma indústria ou prestar algum serviço traria consigo prosperidade econômica ao país e aumento do bem-estar social. Houve uma adesão passiva do Brasil ao processo da internacionalização dos

mercados das economias centrais. Não se atentaram que a entrada de empresas de capital externo e/ou a parceria entre capital internacional e capital nacional não estão necessariamente correlacionados com as estratégias de políticas econômicas e sociais internas de superação do subdesenvolvimentismo.

O ingresso de capital externo, na forma de IED, está muito mais ligado a oportunidades de lucro que a periferia oferece, frequentemente, por meio da superexploração da força de trabalho. Entrada de capital externo não é sinônimo, obrigatoriamente, de que o país esteja modernizando sua estrutura produtiva, suas instituições políticas e suas condições sociais. Além disso, o fluxo de IED, historicamente, possui um comportamento cíclico e errático e representa uma menor capacidade de resistência a fatores desestabilizadores e choques externos (GONÇALVES, 1999, 2002; BRESSER-PEREIRA, 2003).

De acordo com Moraes, Ibrahim e Tauil (2019), no Brasil, os investimentos estrangeiros sob a liderança das empresas transnacionais e multinacionais não eram disciplinados pelo Estado, de forma que se garantiam incentivos a qualquer atividade industrial passível de substituir importação. O desenvolvimento dependente e associado brasileiro colocou as empresas estrangeiras e o capital externo como protagonistas na sofisticação e na ampliação da estrutura produtiva, especialmente em setores mais intensivos de tecnologia e em setores de economias de escala. Em outros países, o capital externo e as empresas multinacionais e transnacionais foram regulamentadas e disciplinadas, por exemplo Coreia do Sul e República Popular da China (RPC).

Até 1982, o Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita em US\$ atualizado) brasileiro era maior do que o sul-coreano. Brasil com US\$ 2.226,77; Coreia do Sul com US\$ 1.977,64. No entanto, em 2018, o PIB per capita em US\$ atualizado do Brasil foi de US\$ 8.920,76 enquanto o da Coreia do Sul chegou a US\$ 31.362,75. Segundo estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2019), o PIB per capita da Coreia do Sul, em 1982, era 17,5% do PIB per capita dos EUA enquanto o PIB per capita brasileiro era de 39%. Após 38 anos, o PIB per capita da Coreia do Sul passou a representar 66% do PIB estadunidense enquanto o do Brasil caiu para 25,8%. O salário médio dos trabalhadores da Coreia do Sul aumentou em 4,3% ao ano entre 2000 e 2018, enquanto a taxa média de crescimento dos salários dos trabalhadores brasileiros foi de 0,3% a.a no mesmo período (CNI, 2019).

Se for feita a mesma comparação, mas utilizando os dados da RPC, o baixo desempenho brasileiro em aumentar seu PIB per capita é ainda mais visível. Em 1982, a RPC possuía US\$ 203,33 de PIB per capita em US\$ atualizado de 2019; em 2018 o valor foi de US\$ 9.770,85, ou seja,

ultrapassou o Brasil. O salário médio por hora em preço constante em todos os setores chineses em 2005 era de US\$ 1,5 enquanto no mesmo ano o do Brasil estava em US\$ 3,4; em 2016 o da China subiu para US\$ 3,3 e o brasileiro caiu para US\$ 3,0, segundo dados do Euromonitor Internacional de 2017.

A China encarou o processo de globalização de maneira pragmática e realista, inserindo-se ativamente na economia mundial. Enquanto o Brasil optou por uma inserção passiva, crendo, utopicamente, em uma interdependência complexa; a China optou por um sistema dual de formação de preços e exerceu um forte controle sobre os fluxos de investimento estrangeiro direto e indireto, dependendo muito pouco dos empréstimos externos. O capital externo, ao entrar na China, foi obrigado a aceitar uma regulação estatal implacável por meio de formação de empresas *joint ventures* com o Estado. A China, que tinha uma economia mais subdesenvolvida do que a do Brasil até 1990, conseguiu fugir desse modelo neoliberal periférico imposto pelas economias centrais, caminhando em direção ao seu *catching-up* e de seu desenvolvimento econômico (GONÇALVES, 2002; MORAES, AGUIAR E TAUIL, 2018).

O modelo do desenvolvimento dependente e associado, defendido por Cardoso, em detrimento ao nacional desenvolvimentismo da Era Vargas, modelo dos estruturalistas, acelerou o nível de dependência econômica no Brasil. Estudo divulgado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), *State of Commodity Dependence 2014*, indicou que o Brasil tem 65% de sua pauta de exportação baseada em produtos primários. Esse número corrobora os dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) de 2019, que revela que mais de 60% das exportações brasileiras são constituídas de produtos não industriais ou de relativa baixa intensidade tecnológica, sendo pouco mais de 30% de produtos de maior conteúdo em tecnologia.

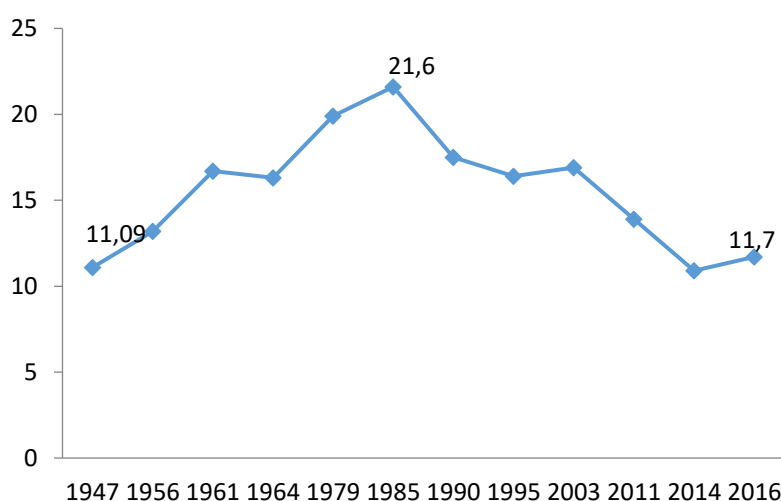
Marconi *et al.* (2020) calcularam os coeficientes de insumos importados e os coeficientes de exportação (% da produção) para diferentes setores da economia brasileira de acordo com seus respectivos níveis de tecnologia. Os resultados mostram que este processo de reprimarização da estrutura comercial brasileira foi intensificado no século XXI uma vez que para grande parte dos setores (em especial de alta e média alta tecnologia) as exportações passaram a representar uma parcela relativamente baixa da produção total, enquanto os insumos importados passaram a ser uma parte muito mais relevante dos custos totais.

Acrescenta-se a isso, a verificada perda de participação dos produtos manufaturados no PIB do Brasil que, segundo pesquisa realizada por Morceiro e Guilhoto (2019), é mais preocupante

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

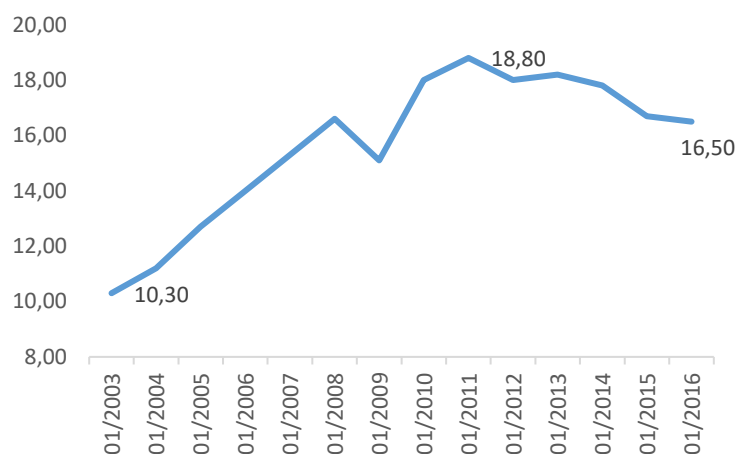
Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

nos setores com grau superior intensivo em ciência e tecnologia, pois, nesses setores, a desindustrialização está ocorrendo antes que o país atinja níveis mais altos de renda per capita, caracterizando uma desindustrialização prematura, já tendo perdido 40% de peso no PIB em relação a 1980 (MORCEIRO; GUILHOTO, 2019). A participação da indústria de transformação em porcentagem do PIB brasileiro regrediu para valores inferiores aos de 1947.



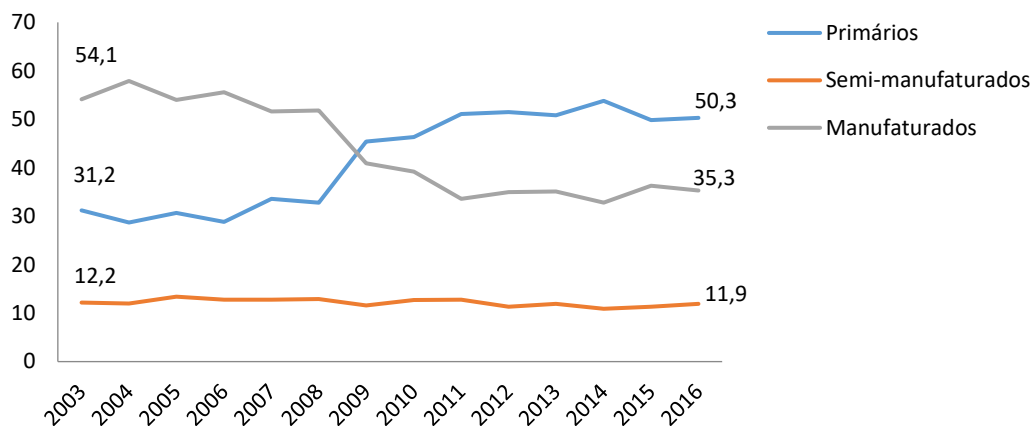
Fonte: IBGE (2018). Elaboração própria.

Gráfico 4 - Evolução da indústria de transformação no PIB do Brasil em % (1947 – 2016)



Fonte: CNI (2019). Elaboração própria.

Gráfico 5 - Coeficiente de penetração das importações no Brasil a preço constante – indústria de transformação em % (2003 – 2016)



Fonte: MDIC (2017). Elaboração própria.

Gráfico 6 - Participação no total das exportações do Brasil em % (2003 – 2016)

O Brasil, segundo Morceiro e Guilhoto (2019), foi o terceiro país, em relação às 30 maiores economias do mundo, que teve a mais profunda retração industrial nos últimos 50 anos. O país ficou somente atrás do Reino Unido e da Austrália. Há uma grande diferença no processo de desindustrialização desses países com o caso brasileiro. O Reino Unido e a Austrália passaram por um processo de desindustrialização após atingirem intensa potencialidade produtiva manufatureira, fazendo uma migração para setores de serviços complexos com uso de alta tecnologia, capital intensivo, isto é, fronteira de conhecimento como os setores da Economia Verde e da Economia Criativa.

O Brasil não está vivenciando um processo de migração da estrutura produtiva para os setores de serviços mais complexos, ou seja, não está havendo investimentos em setores com rápido progresso técnico, alto conteúdo em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), grandes possibilidades de economia de escala e escopo, grandes barreiras à entrada, diferenciação por marcas, intenso *spillover effect*, tendência de convergir grupos produtivos, etc. O que está havendo é desindustrialização, desnacionalização e reprimarização da estrutura produtiva do Brasil.

Isso ocorreu, pois, segundo Furtado (1980), o desenvolvimento dependente e associado agravou a heterogeneidade estrutural e a concentração de renda no país. Ao introduzir tecnologias via multinacionais para atender a demanda da elite e da classe média brasileira ansiosas por replicarem os padrões de consumos dos países centrais, a estrutura produtiva brasileira viu-se com a necessidade de aumentar o coeficiente de capital para competir com o setor externo; tal fato

inviabilizou a difusão das inovações técnicas dos setores da economia nacional que procuravam atender o conjunto total da população e não somente uma parcela.

Nas palavras de Furtado: “[...] a dependência externa ganhou profundidade, enraizando-se no sistema produtivo exatamente no momento em que este se voltava para o mercado interno, foi em razão do estilo de desenvolvimento importado” (FURTADO, 1980, p.133). Desde então, para Furtado, a política econômica deixou de ter como centro de decisão o Estado-nacional brasileiro e passou a ser subordinada aos interesses de credores, de empresas e de bancos internacionais oriundos dos países centrais. “Destarte, implanta-se um sistema de tutela sobre o governo. Nessas condições, os critérios de curto prazo impostos pelos banqueiros fazem impraticável o prosseguimento de uma política de desenvolvimento” (FURTADO, 1982, p. 63-64). É nessa fase que os organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial ganharam maior protagonismo na formulação de políticas econômicas para o Brasil e que para Furtado “[...] na realidade são instrumentos do governo de Washington” (FURTADO, 1992, p. 84).

Ao adotar o desenvolvimento dependente e associado, o Estado brasileiro optou em estimular o processo de acumulação de capital mediante o emprego de tecnologia *capital-intensive*, cujo acesso se deu à custa de uma maior inserção internacional e de um endividamento externo crescente. Nesse ínterim, o ritmo de acumulação de capital não era acompanhado pelo aumento da população empregada, ao contrário, a capitalização e a transnacionalização de capitais geraram maior intensidade da acumulação de renda. O progresso tecnológico restringiu-se aos segmentos de interesses das empresas internacionais, caracterizando mais uma modernização dos hábitos de consumo de uma pequena parcela da população a partir da substituição de itens antes importados do que de fato promovendo os avanços na indústria e os ganhos de produtividade.

Para Gonçalves (2013), o desenvolvimento dependente e associado na verdade é um Modelo Liberal Periférico (MPL). Esse processo resultou, segundo o autor, em: i) desindustrialização, ii) inversão do processo de substituição de importações, iii) reprimarização das exportações, iv) maior dependência tecnológica, v) desnacionalização, vi) perda de competitividade internacional, vii) crescente vulnerabilidade externa estrutural, viii) maior concentração de capital, ix) dominação financeira.

Para Furtado (1972; 1992; 2002; 2007), os impactos desse novo rearranjo econômico-social brasileiro, isto é, o desenvolvimento dependente e associado foram: i) a retomada do processo de concentração acelerada da renda a partir do aumento da formação de capital fixo, juntamente com

o estímulo à demanda de bens de consumo duráveis; ii) enfraquecimento dos capitalistas produtivistas nacionais; iii) queda da taxa real dos salários em relação a produtividade média do trabalho com o intuito de promover maior absorção de mão-de-obra; iv) incentivo à exportação de produtos industriais que não eram absorvidos pela demanda doméstica em razão ao baixo nível de crescimento da renda média; v) redução do crescimento econômico; vi) desequilíbrio externo crescente; vii) endividamento externo; viii) centro de decisões econômicas atrelado em atores externos, como burguesia internacional, empresas multinacionais, transnacionais e países centrais.

Percebe-se que nos países periféricos que não conta com uma burguesia industrial-nacional cimentada, o Estado ainda tem de, indubitavelmente, continuar sendo o centro de decisão econômica. Tal condição é fator primordial, pois há armadilhas na associação livre com o capital externo. As principais armadilhas são que o capital externo pode reforçar setores de vantagens comparativas, no caso do Brasil os setores primários; ou criar um sistema de maquiladoras com superexploração da força de trabalho – quando a burguesia internacional produz bens manufaturados para atender uma pequena parcela da elite local e exportar o restante, mas não realizam transferência de tecnologia – bloqueando a integração, a ampliação, a sofisticação produtiva e as potencialidades da indústria local ainda infante. Ambas as armadilhas se tornaram realidade no Brasil fazendo com que a superação do subdesenvolvimento econômico fique ainda mais longe de ser alcançado do que na época do nacional desenvolvimentismo.

Considerações finais

O presente artigo buscou revisitar de forma crítica a interpretação da dependência e do desenvolvimento de Fernando Henrique Cardoso. Foi possível verificar que os escritos de Cardoso, durante toda época, sempre tiveram a pretensão de realizar uma desaprovação contundente ao pensamento histórico-estruturalista da CEPAL, ao nacional desenvolvimentismo e, também, à Teoria Marxista da Dependência.

Cardoso elaborou seu pensamento sobre dependência e desenvolvimento em diversos ensaios de interpretação sociológica. Como apresentado na primeira seção do artigo, fica evidente que Cardoso consegue estruturar um pensamento original e intrincado sobre a dependência e o processo de desenvolvimento econômico, sendo um dos primeiros intelectuais latino-americanos a perceberem as brechas que a globalização proporcionava para as nações periféricas superarem seu subdesenvolvimentismo. Contudo, a leitura de Cardoso falha ao empregar uma metodologia hipotética e dedutiva, generalizando a partir de observação da realidade econômica que o cercava.

Cardoso construiu uma lógica e raciocínio altamente complexos sobre as vantagens da internacionalização dos mercados internos, da associação e do desenvolvimento-dependente com as economias centrais via poupança externa, do nacionalismo de fim, dos fatores internos-externos, da modernização das instituições, da integração pela autonomia, etc. Utilizando essencialmente da interpretação sociológica, os estudos de Cardoso carecem de uma metodologia histórica-indutiva presente nos estudos econômicos dos estruturalistas e da escola histórica alemã, por exemplo.

Os ensaios de interpretação sociológica da dependência e do desenvolvimento de Cardoso deixaram de cobrir importantes aspectos do processo de superação do subdesenvolvimento, crendo, de forma inocentemente, na solidariedade do capital forte em sua relação com as econômicas periféricas. Cardoso, consegue com sua ousadia ensaística, criar um encantamento argumentativo racional-lógico em um primeiro momento, mas que não se mantém perante as realidades econômicas efetivas do capitalismo.

A leitura de Cardoso sobre o processo da globalização, da poupança externa, da integração pela autonomia, etc. partem de hipótese dedutiva de um possível desenvolvimento dependente e associado na periferia. O processo de globalização tem, com certeza, levado a um sistema mais complexo de interdependência continua entre as economias. Entretanto, não é um processo simétrico, sem vulnerabilidades externas, sem presença de interesses geopolíticos, sem sentimentos nacionalistas como meios, sem concentração econômica, etc. Não é a época dos mercados em detrimento do Estado.

A leitura dos economistas estruturalistas foi mais acertada, como visto na segunda seção do artigo. Os recentes países que disciplinaram e organizaram o capital externo em seus países via Estado Desenvolvimentista, por exemplo Coreia do Sul e RPC, conseguiram aproveitar melhor as brechas da internacionalização dos mercados das economias centrais para a superação de sua dependência e do subdesenvolvimento. Concentraram o centro de decisão em seus Estados, não o deslocando e o subordinando aos interesses internacionais. As economias periféricas, como a brasileira, que deixaram se seduzir pela retórica de limites do possível, nova realidade, solidariedade entre capitais, etc. perderam-se na rota do desenvolvimento econômico (muitas vezes até mesmo regredindo).

A internacionalização do mercado interno dos países centrais fez com que algumas economias periféricas colocassem a maximização do comércio exterior como foco da política econômica e não mais o nível da atividade econômica, ignorando, assim, os aumentos da produtividade gerados pelos investimentos em P&DI, a coerência dos investimentos públicos e a

disciplina social interna. A racionalidade da economia internacional, a transnacionalização e a inserção de alguns países periféricos nessa “ordem” permitiu que novos vínculos de dominação-dependência fossem estruturados.

No caso do Brasil, o que deveria ser um desenvolvimento dependente e associado via integração pela autonomia, um nacionalismo de fins se tornou em desindustrialização, desnacionalização e reprimarização da estrutura produtiva. Houve deslocamento do centro de decisão de política econômica para interesses internacionais atrelados a uma elite do atraso nacional. O Estado Desenvolvimentista faliu. A consolidação das instituições políticas-sociais ficou ameaçadas. O nacionalismo de fins, que Cardoso defendia, pode ser caracterizado por trabalhadores brasileiros cantando o hino nacional no pátio da empresa multinacional, que vem aqui atrás da superexploração da força de trabalho e para atender uma pequena parcela da elite local, exportando o restante.

Conclui-se que com o passar do tempo, comprovou-se de modo histórico-indutivo que os ensaios de Cardoso sobre dependência e desenvolvimento possuem originalidades acadêmica-argumentativa, orbitando dentro do paradigma liberal. A interpretação sociológica do desenvolvimento dependente e associado de Cardoso é, sem dúvida, a contribuição mais original dentro do pensamento liberal periférico. Todavia, se mostrou imaturo, inocente e incapaz e prescrever comportamentos das complexas realidades sociais, econômicas e políticas da relação entre economias centrais e periféricas, assim como do processo de superação da dependência-dominação e do subdesenvolvimentismo.

O resultado do desenvolvimento dependente e associado de Cardoso foi o oposto do que ele esperava. O modelo é raso e foi um fracasso. Ele desnacionalizou e regrediu a estrutura produtiva brasileira. Insistir neste caminho é passionalidade argumentativa e negação do racionalismo-pragmático científico ou é entreguismo ao capital material, ao capital cultural e ao capital social das economias centrais. Em ambos os casos, é sentenciar o Brasil ao subdesenvolvimentismo permanente.

Referências

- BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latino-americano**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1985.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Informações Econômico-Financeiras**, 2016. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/notaseconomicofinanceiras>. Acesso em 15 de maio de 2018.
- BLOMSTRÖM, Magnus; HETTNE, Bjorn. **Development theory in transition. The dependency debate and beyond: third world responses**. London: Zed books, 1984.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Construção política do Brasil: Sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: editora 34, 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da Dependência. **Perspectivas**, São Paulo 38, pp.17-48, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: editora 34, 2003.
- CARDOSO, Fernando H. Dependency and development in Latin America. **New Left Review**, nº 74, 1972.
- CARDOSO, Fernando H. **Os Rumos da Oposição**. São Paulo: Ensaios de Opinião, n. 3, 1979.
- CARDOSO, Fernando H. **Xadrez internacional e social-democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- CARDOSO, Fernando H. **O modelo político brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARDOSO, Fernando H. **A Soma e o Resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Estatísticas**, 2019. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas/>. Acesso em 20 de out. 2019.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Nota Econômica. Brasil e Coreia do Sul: duas histórias sobre produtividade**. CNI: Brasília, 2019. Disponível em: https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/ca/69/ca69f5e7-14ea-45e7-bbe8-adb37bc0c5b3/nota_economica_12_outubro_2019.pdf. Acesso em 12 de set. 2020.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **State of Commodity Dependence**, 2014. Disponível em: https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2014d7_en.pdf. Acesso em 20 set. 2017.

EUROMONITOR. **Euromonitor international: countries**. Acesso em 15 de outubro 2017. Disponível em: <<http://www.euromonitor.com/store>>

FIORI, José L. **Brasil no espaço**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FURTADO, Celso. **A nova dependência**: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. **Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FURTADO, Celso. **Em busca de Novo Modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. O Subdesenvolvimento Revisitado. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 1, ago 1992.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às Avessas**: má-fé e ilusão no atual modelo de brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. **Vagão descarrilhado**: o Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Séries históricas e estatísticas**, 2019. Disponível em: [https://seriesestatisticas .ibge.gov.br/default.aspx](https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/default.aspx). Acesso em 15 de out. 2019.

KAY, Cristóbal. **Latin American theories of development and underdevelopment**. London: Routledge, 1989.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo: Perspectivas, 2004.

LAMPRÉIA, Luiz. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 5-17, 1998.

LARRAIN, Jorge. **Theories of development. Capitalism, colonialism and dependency.** Oxford: Polity Press, 1998.

MARCONI, Nelson, *et al.* Profit margins, exchange rates and structural change: empirical evidences for the period 1996-2017. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 285–309, 2020.

MARTINS, Carlos E. M. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Balança do Comércio Exterior.** Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>>. Acesso em 05 de mar. 2017.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC). **Recursos Aplicados – Indicadores consolidados.** Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/recursos_aplicados/indicadores_consolidados/2_1_3.html. Acesso em 10 de out. 2019.

MORAES, Isaías A. Política Externa e Desenvolvimento econômico no Brasil: história e paradigmas (1930 – 2016). **Revista Conjuntura Global**, Curitiba, v.8, n.2, p. 117 – 140, 2019.

MORAES, Isaías A.; AGUIAR, Mônica H. P.; TAUIL, Carlos E. Relações Brasil-China: uma relação para o desenvolvimento ou uma relação de codependência? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XX, v.2, n.40, p. 402 – 432, 2018.

MORAES, Isaías A.; ALMEIDA, Hugo M. V. Teoria Marxista da Dependência e Superexploração da Força de Trabalho: história e debate atual na América Latina. **América Latina en la Historia Económica**, Ciudad de México, vol. 22, n.1, 2021.

MORAES, Isaías A.; IBRAHIM, Hermano C. ; TAUIL, Carlos E. O pensamento de Celso Furtado sobre Desenvolvimento Econômico e Capital Externo no Brasil: do Estado interventor-empresendedor ao Estado insurgente-vanguardista. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v.31, n.2, p. 143-164, 2019.

MORCEIRO, Paulo C.; GUILHOTO, José M. **Desindustrialização setorial no Brasil.** IEDI, 2019.

PALMA, Gabriel. Dependencia y desarrollo: una visión crítica. In: SEERS, D. (Org.). *La teoría de la dependencia: una revaluación crítica.* Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

PRICE WATERHOUSE COOPERS (PwC). **Fusões e Aquisições no Brasil** – Dezembro. 2016. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/servicos/assets/fusoes-aquisicoes/2016/pwc-fusoes-aquisicoes-dezembro-2016.pdf> . Acesso em 10 de maio de 2020.

ROSTOW, Walt W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 673-688, 2012.